

**Conferência**

# JUSTIÇA ECONÓMICA EM PORTUGAL



6 de Junho de 2013

---

**BEM-VINDO**

---

**Conferência**

# JUSTIÇA ECONÓMICA EM PORTUGAL



6 de Junho de 2013

---

**JOÃO TIAGO SILVEIRA**

---

# Que futuro?

João Tiago Silveira

Conferência “Justiça Económica em Portugal”

Fundação Francisco Manuel dos Santos e Associação Comercial de Lisboa

# Dados sobre a Justiça no futuro

- Processos a entrar nos tribunais vão aumentar?
  - Não existe tendência de aumento de processos entrados desde 1994.
  - Desde 1994 o número oscila entre 600.000 e 900.000.
    - Em 1994 entraram 868.081 processos;
    - Em 2012 entraram 841.046 processos (Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça/Estatísticas da Justiça).

# Dados sobre a Justiça no futuro

- Processos vão continuar a acumular-se nos tribunais?
  - Pendência tem aumentado:
    - Em 1994 estavam pendentes 643.231 processos;
    - Em 2012 estavam pendentes 1.719.614 processos (Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça/Estatísticas da Justiça).
  - Mas houve descida dos processos pendentes em 2006, 2007 e 2008:
    - Em 2005 estavam pendentes 1.665.764 processos;
    - Em 2008 estavam pendentes 1.508.407 processos (Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça/Estatísticas da Justiça).
  - Se existirem políticas de descongestionamento e desmaterialização, pendência pode diminuir, como ocorreu nesses anos. Não é provável que ocorram no futuro próximo.
  - Pendência também pode diminuir por força da extinção estatística de processos executivos já terminados. Pode ocorrer no futuro próximo.

# Dados sobre a Justiça no futuro

- Processos pendentes vão continuar a dar muito trabalho aos tribunais?
  - Muitos dos processos pendentes não dão trabalho aos tribunais.
    - São processos executivos onde tribunais não têm grande intervenção.
  - Dos 1.719.614 processos pendentes em 2012, 1.256.427 são ações executivas (Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça/Estatísticas da Justiça).

# Dados sobre a Justiça no futuro

- Ação executiva vai continuar a congestionar os tribunais?
  - Já hoje a ação executiva é um escasso fator de congestionamento nos tribunais:
    - Muitas ações executivas correm fora dos tribunais;
    - Muitas ações executivas estão já terminadas mas não foram extintas no sistema informático;
    - Muitas ações executivas estão pendentes porque há planos de pagamento a ser cumpridos;
    - Muitas ações executivas não resultam apenas porque as pessoas não têm bens. O seu insucesso não se deve a razões processuais;
    - Agilização na ação executiva já é muito forte: i) penhoras eletrónicas, ii) processo desmaterializado, iii) listas de devedores, iv) aumento de número de agentes de execução, v) fiscalização mais rigorosa, etc.

# Dados sobre a Justiça no futuro

- Processos vão continuar a durar cada vez mais tempo?
  - Tempo médio dos processos tem diminuído na ação declarativa cível:
    - 2003: 24 meses
    - 2007: 35 meses
    - 2009-2011: 20 meses (Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça/Estatísticas da Justiça).
  - Tempo médio nos recursos é relativamente reduzido:
    - Recursos cíveis: 4 meses
    - Recursos penais: 3 meses (Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça/Estatísticas da Justiça).
  - Não é de esperar reais reduções de tempo médio com as reformas de códigos e alterações legislativas que se avizinham.
  - Num prazo de 2 a 4 anos, o tempo médio nas ações executivas deve reduzir-se por razões estatísticas.



# Dados sobre a Justiça no futuro

- Meios na Justiça vão continuar a faltar?
  - Não faltam meios na Justiça:
    - Número de juízes, magistrados do MP e oficiais de justiça cresceu exponencialmente durante anos:
      - Juízes: 1.059 (1993) => 1.777 (2010)
      - MP: 850 (1993) => 1.395 (2010)
      - Oficiais de justiça: 6.194 (1993) => 8.231 (2010)
    - Há meios informáticos: Portugal é um dos 4 países do Conselho da Europa (entre 48) com 100% de implantação de meios e sistemas informáticos nos tribunais.
    - Parte do Orçamento de Estado dedicado à Justiça (não considerando o apoio judiciário) é superior à média europeia.

(Fonte. Direção-Geral de Política de Justiça/Estatísticas da Justiça e European judicial systems, Efficiency and quality of justice, Edition 2012, European Commission for Efficiency of Justice, Council of Europe).

# Dados sobre a Justiça no futuro

- Os códigos e a lei continuarão a ser apresentados como a solução “mágica” dos problemas?
  - Infelizmente, parece que sim:
    - Alterações legislativas continuam a ser apresentadas como “fórmula mágica”, o que revela demagogia ou irrealismo;
    - Código de processo penal já foi alterado cerca de 20 vezes e o Código de Processo Civil mais de 60, mas os “problemas na Justiça” continuam;

# Um processo civil desformalizado no futuro?

- Vale a pena mudar de modelo de processo civil para um modelo desformalizado?
  - Há dúvidas que importa ter em conta:
    - Grandes reformas legislativas não costumam provocar o efeito desejado;
    - Ação declarativa está a durar menos tempo e há cada vez menos processos a entrar;
    - Ação executiva já é desformalizada, grau de processo eletrónico já é muito elevado e problemas têm mais a ver com a falta de bens para penhorar do que com regras processuais.

# Um processo civil desformalizado no futuro?

- Vale a pena mudar de modelo de processo civil para um modelo desformalizado?
  - Vale a pena: Pode trazer um processo mais ágil, flexível e simples.
    - Já existe nos julgados de paz, que usam solução ainda menos “regulamentada” do que proposta apresentada.
  - Mas uma “nova reforma do modelo do processo civil” é apenas um elemento parcelar da mudança essencial: Gestão, Qualidade e Transparência são o fundamental.
  - Proposta precisa ainda de ser melhorada:
    - MP não deve interferir no processo civil;
    - Eliminação de praxes não escritas na lei devem ser combatidas;
    - Dúvidas sobre várias alterações propostas na ação executiva.

# Um processo civil desformalizado no futuro?

- A mudança de “mentalidade” impede que se adote um processo civil desformalizado?
- Não. Mas a preparação de um novo quadro mental implica:
  - Formação de atuais juízes e oficiais de justiça para um quadro mental completamente novo.
  - Conveniência em “isolar” novos juízes, para que a sua formação não seja “contaminada” com velhas práticas e quadros mentais.
  - Mudança total e radical do tipo de formação ministrada pelo Centro de Estudos Judiciários.
  - Novas práticas de formação com manuais práticos com perguntas & respostas, formação antecipada no terreno, equipas para acompanhar evolução e tirar dúvidas.
  - Alterações prévia a sistemas informáticos e aspetos logísticos.

# Um bom futuro: gestão, qualidade e transparência

O que a Justiça Económica precisa:

- **Gestão**
- **Qualidade**
- **Transparência**

# Um bom futuro: gestão, qualidade e transparência

## • Gestão

- Sistema não é congestionado com processos que entram. Deixa-se congestionar porque tem problema de gestão e não consegue gerir processos que entram.
- Sempre que houve alguma gestão, sistema melhorou: menos processos pendentes e redução dos tempos médios de decisão com descongestionamento e desmaterialização em 2006, 2007 e 2008.
- É preciso ir muito mais longe:
  - Compromisso quantificado de diminuição da duração dos processos entre Governo e Conselho Superior da Magistratura, com metas e objetivos;
  - Verdadeiro administrador de tribunal, dedicado à gestão processual;
  - Segmentação de tarefas, com estruturas especificamente dedicadas para a componente burocrática dos processos;
  - Reforço da aposta na desmaterialização dos processos.

# Um bom futuro: gestão, qualidade e transparência

- Qualidade

- Serviço público prestado tem de cumprir requisitos de qualidade superior à atual:
  - Decisões devem ser mais rápidas, com diminuição de rotinas e praxes. Modelo desformalizado de processo civil pode ajudar;
  - Custas devem ser devolvidas se processo exceder um prazo fixado nos objetivos;
  - Empresas têm direito a um atendimento de qualidade, sem atrasos ou adiamentos;
  - Empresas devem poder prever a duração do processo com informação pública.



# Um bom futuro: gestão, qualidade e transparência

- Transparência
  - Alargar meios de resolução alternativa de litígios.
    - Julgados de paz e centros de arbitragem já hoje julgam em 2 meses.
  - Linguagem dos tribunais tem de ser mais próxima dos cidadãos e das empresas: notificações e decisões devem ser escritas em linguagem clara.
  - O utente e o advogado devem poder conhecer o estado do seu processo com um simples “clique”.

# Que futuro?

João Tiago Silveira

Conferência Justiça Económica em Portugal

Fundação Francisco Manuel dos Santos e Associação Comercial de Lisboa

**Conferência**

# JUSTIÇA ECONÓMICA EM PORTUGAL



6 de Junho de 2013

---

**TERESA ANJINHO**

---

**Conferência**

# JUSTIÇA ECONÓMICA EM PORTUGAL



6 de Junho de 2013

---

**José Carlos Soares Machado**

---

**Conferência**

# JUSTIÇA ECONÓMICA EM PORTUGAL



6 de Junho de 2013

---

**Maria dos Prazeres Beleza**

---

**Conferência**

# JUSTIÇA ECONÓMICA EM PORTUGAL



6 de Junho de 2013